

ESTADO ATUAL

PROTEGER PORTUGAL DE INCÊNDIOS RURAIS GRAVES

A Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de Fevereiro de 2018, com o objetivo de *“coordenar, de forma estratégica, integrada e transversal, a implementação do SGIFR por parte das entidades responsáveis, designadamente a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Guarda Nacional Republicana e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.”*.

A AGIF é um instituto público com superintendência e tutela do Primeiro-Ministro e tem por missão o planeamento, a coordenação estratégica, com a integração entre os agentes de prevenção e de combate, e avaliação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

Desde 1 de janeiro de 2019 que a AGIF está no território com 11 núcleos sub-regionais, abrangendo todo o território nacional e colaborando com as demais entidades para uma análise de proximidade, antecipação e planeamento de eventos complexos. Neste quadro de responsabilidades operativas, os colaboradores da AGIF exercem as funções ao nível das regiões e sub-regiões (NUT's II e III).

As competências da Agência passam por:

- Emitir pareceres, com medidas corretivas, sobre planos de âmbito nacional e propostas legislativas das políticas públicas com efeitos e elaborar diretrizes nacionais para formulação de políticas e estratégias de gestão integrada de fogos rurais;
- Participar na definição do plano de formação para todas as entidades do dispositivo, designadamente no SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), SGO (Sistema de Gestão de Operações) e NOPS (Normas Operacionais Permanentes) e participar na elaboração do plano de formação, no âmbito do emprego operacional de meios aéreos;



JGA ©

JOÃO GAMA AMARAL

EVENTOS

5 DE JULHO

Workshop| Investigação e Inovação Aplicadas ao Montado de Sobre - Ponte de Sôr
<https://www.eventbrite.pt/e/bilhetes-workshop-investigacao-e-inovacao-aplicadas-ao-montado-de-sobro-631120829>

10 DE JULHO

Workshop prático| Uso de imagens de satélite para a Monitorização de Incêndios Florestais - Porto
<http://haengenharia.pt/vai-acontecer/sentinel-uso-de-imagens-de-satelite-para-a-monitorizacao-de-incendios-floresta>

12 DE JULHO

Seminário "Prevenção de Incêndios Florestais e Resiliência dos Territórios do Interior" – Arganil
<https://www.cm-arganil.pt/agenda-de-eventos>

11 A 13 DE SETEMBRO

Bioenergy International Conference – Portalegre
<http://www.bioenergy-conference.com/index.html>

INTERNACIONAIS

Conference Temperate and boreal primeval forests in the face of global change
Lviv, Ukraine on 2-4 September 2019
<https://www.wsl.ch/en/about-wsl/events/details/temperate-and-boreal-primeval-forests-in-the-face-of-global-change.html>

EFI Annual Conference 2019
18-20 September, Aberdeen, UK
<https://www.efi.int/membership/ac>

Expobiomasa 2019
24-26 September, Valladolid, Espanha
<https://www.expobiomasa.com/>

XXV IUFRO World Congress 2019
29 Sept- 5 Oct, Curitiba, Brasil
<http://iufro2019.com>

- Contribuir para a definição e mobilização dos instrumentos de financiamento para os investimentos em gestão integrada de fogos rurais e dar parecer sobre as propostas anuais de orçamento de gestão integrada de fogos rurais referentes às duas componentes, a gestão de fogos rurais e a proteção contra incêndios rurais;
- Apoiar a criação de laboratórios colaborativos para a criação, fixação e desenvolvimento em Portugal das competências especializadas necessárias e para criação de emprego qualificado, assim como para implementação de boas práticas identificadas a nível internacional nas áreas do planeamento e gestão sustentável da floresta, da prevenção e combate aos incêndios florestais;
- Definir com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. objetivos anuais de prevenção e de área ardida a apresentar publicamente;
- Assegurar e colaborar com as entidades do sistema na estratégia de comunicação, informação e sensibilização relativas ao SGIFR e proceder à avaliação anual global do sistema, integrando a análise da eficácia e da eficiência dos investimentos efetuados no âmbito do SGIFR.

Em 2019 têm decorrido diversas iniciativas da responsabilidade da AGIF, entre um conjunto vasto de ações previstas do plano de atividades de 2019, das quais se destacam: - a cooperação horizontal com entidades do SGIFR (ICNF, ANEPC, GNR e PJ) na esfera nacional, regional e supramunicipal, na identificação dos locais de risco e no planeamento das medidas de prevenção e pré-supressão, nomeadamente, a definição de percursos, patrulhamento, áreas prioritárias de gestão de combustível e antevisão da possibilidade de ocorrência de incêndios extremos em algumas zonas do país, e o apoio ao DECIR em várias áreas de conhecimento, nomeadamente, análise de comportamento de fogo, piro-meteorologia e gestão de risco.

Integram o dispositivo de combate 35 peritos, que constituem equipas de gestão integrada de fogos rurais, disponibilizadas para os postos de comando, sempre a pedido e em estreita articulação com a ANEPC. A participação no Núcleo de Apoio à Decisão para Análise de Incêndios Rurais (NAD-AIR) da ANEPC, apoiando à decisão estratégica e operacional durante o desenvolvimento das ocorrências, bem como na elaboração da análise estratégica periódica.



AGIF

AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS

PORTUGAL CHAMA. POR SI. POR TODOS.

“PORTUGAL CHAMA” é muito mais do que uma campanha, é um apelo à ação, que lança um desafio a cada um dos portugueses para que se mobilizem e contribuam para um país protegido de incêndios rurais graves. O perigo está aí e cabe a todos nós agirmos até ao Verão, limpando os terrenos, cuidando da terra e da floresta, realizando as queimas de forma correta, cadastrando os terrenos, protegendo as aldeias e alertando para comportamentos de risco. É uma Campanha Nacional com a chancela da República Portuguesa, que integra a participação de todas as áreas governativas e serviços tutelados envolvidos na prevenção e combate aos incêndios rurais e que está em televisão, rádio, imprensa, digital e outdoors.

Para saber mais: <https://www.portugalchama.pt/>

UMA FIGURA, UM EVENTO, UMA IMAGEM, UM PENSAMENTO



Engenheiro José Moreira da Silva (1923 – 2015)

Diz-se de José Moreira da Silva que era um homem que viveu à frente do seu tempo, que era um visionário.

A ele se devem as primeiras reservas de caça e de pesca e viveiros de plantas, foi um dos mentores da utilização do fogo controlado no combate aos incêndios florestais.

Quem o conheceu sabe que, como silvicultor, o Engº Moreira da Silva tinha preocupações que iam para além da árvore e da gestão florestal. As questões ecológicas, o pequeno proprietário e as terras comunitárias, a desertificação rural, as monoculturas, os incêndios florestais e a gestão integrada do espaço florestal, foram temáticas sempre presentes na sua ação e para as quais contribuiu com ideias inovadoras e ainda hoje atuais.

Já em 1965, no relatório “Princípios Básicos de Luta contra Incêndios na Floresta Particular Portuguesa”, Moreira da Silva, juntamente com Vasco Quintanilha e Ernâni José da Silva, faziam o diagnóstico e expunham um conjunto de ideias que hoje fazem parte das estratégias apontadas como solução para a problemática dos incêndios rurais.

Nascido em Massarelos, Porto, a 10 de Dezembro de 1923, torna-se engenheiro silvicultor em 1947. Exerceu a maior parte da sua atividade profissional nos serviços públicos florestais. Foi diretor do Parque Nacional da Peneda-Gerês, diretor da Circunscrição Florestal do Porto e um dos fundadores da FORESTIS da qual foi presidente entre 1992 e 1998. Em 1990 foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SPCF.

O Engenheiro Moreira da Silva é uma figura de referência na história da floresta portuguesa tendo recebido várias distinções, como a medalha de honra da agricultura em 1999 e o grau de Grande-oficial da ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial (Classe de Mérito Agrícola) em 2000.

OPINIÃO DE

UMA VELHA QUESTÃO: PREVENÇÃO VERSUS COMBATE A INCÊNDIOS

O contributo da prevenção de incêndios, combinando a redução do número de ignições com a intervenção no espaço florestal, tem sido invocado como elemento chave na diminuição dos múltiplos impactes negativos dos incêndios. Contudo, esta presença assídua no discurso técnico-científico e, cada vez mais, político (decorrente dos acontecimentos de 2017), tarda em afirmar-se significativamente no território nacional.

Os programas de controlo de ignições podem ter sucesso junto da população e resultar em menor incidência de fogos. Mas nem todas as causas de incêndio são evitáveis e mesmo a mais bem sucedida política será incapaz de evitar as ignições potencialmente mais problemáticas. Ao dar ênfase às causas dos fogos desvalorizam-se os fatores que controlam a respectiva propagação e desencoraja-se uma compreensão mais completa do fenómeno. Acresce que frequentemente surgem conflitos significativos e contraproducentes como resultado de políticas de comando e controlo que, contra os interesses locais, proibam ou severamente restrinjam práticas tradicionais de queima.

A efetividade das operações de combate a incêndios depende da magnitude do comportamento do fogo. A possibilidade de limitar a dimensão dos incêndios é portanto limitada fisicamente pelas condições meteorológicas e pela acumulação e estrutura do combustível florestal, independentemente da quantidade e capacidade dos recursos de combate. Tal implica que os incêndios que ocorram em condições meteorológicas relativamente suaves serão dominados facilmente, enquanto que aqueles dominados por ventos fortes e vegetação seca se propagarão livremente até que as condições ambientais mudem. Consequentemente, uma política agressiva de combate a incêndios traduz-se no controlo rápido da maioria dos fogos, aqueles com reduzido potencial de expansão. No entanto, na presença de condições piro-meteorológicas extremas, o pequeno número de incêndios sobreviventes ao ataque inicial evoluirá para dimensões que são determinadas pela paisagem florestal e absorverão o essencial da área ardida anual. A perda do mosaico florestal e o aumento da carga de combustível por via de incêndios menos frequentes mas de maior dimensão criará condições progressivamente mais perigosas a escalas espaciais cada vez maiores. Gerir o espaço florestal do ponto de vista do perigo de incêndio conferido pela vegetação, que difere substancialmente de ordenar e gerir a floresta, é por conseguinte a chave para obter resultados sustentáveis a médio e longo prazo.

O efeito da silvicultura preventiva e da gestão de combustíveis no regime de fogo varia em função do ecossistema e tipo de vegetação, e é dependente da escala e padrão



espacial de intervenção. Este efeito de mitigação está bem documentado e quantificado a nível mundial, ainda que se possa manifestar mais através da redução da severidade do fogo do que da diminuição da área ardida. Como exemplos de sucesso refiram-se os casos da floresta de eucalipto no canto sudoeste da Austrália, do pinhal no sudeste dos E.U.A., em áreas protegidas no oeste do mesmo país e, mais perto de nós, nos Alpes Marítimos de França.

A investigação efetuada nos últimos anos em Portugal estabeleceu claramente a relevância da silvicultura preventiva e gestão de combustíveis, ainda que essencialmente por inferência a partir da análise da área ardida e da frequência, dimensão ou severidade dos incêndios. A composição florestal não se revelou relevante como fator de mitigação, uma vez que não influencia a dimensão dos incêndios nem a probabilidade de arder; note-se por exemplo que, em proporção da respetiva área, o carvalho caducifólio arde ligeiramente mais do que o pinhal e o eucalipto, e que a severidade dos incêndios extremos de 2017 pouco diferiu entre os vários tipos de floresta. Pelo contrário, são visíveis os efeitos da estrutura florestal (e portanto da silvicultura preventiva) na incidência e severidade do fogo. Dois grandes fatores determinam a dimensão dos incêndios em Portugal de forma oposta, respetivamente o grau de continuidade do espaço florestal e a heterogeneidade do mosaico de vegetação criado por fogos anteriores, sendo que os grandes incêndios percorrem preferencialmente áreas com elevada acumulação de combustível.

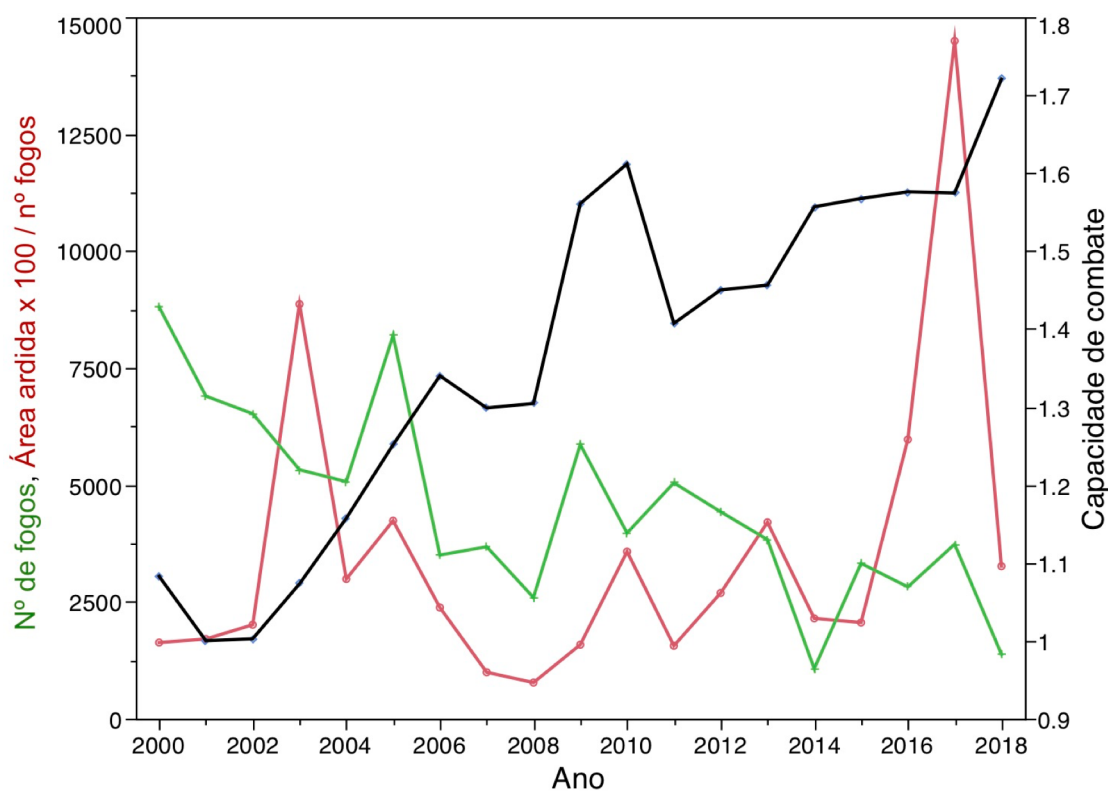
Em Portugal tem sido crescente o investimento no combate a incêndios, o qual entre 2000 e 2018 quase duplicou a capacidade de extinção associada aos meios terrestres e

aéreos disponíveis (ver gráfico). No mesmo período, o número de fogos (ocorrências com tamanho mínimo de um hectare) diminuiu cerca de 3,5 vezes, evidenciando uma tendência consistente que reflete a redução continuada do número de ignições combinada com melhor desempenho na supressão dos fogos nascentes. Contudo, não se registou qualquer evolução na dimensão média dos fogos (também representada no gráfico) nem na área ardida anual. Por um lado, estes factos sugerem fortemente que as melhorias verificadas no controlo de ignições e no seu desenvolvimento inicial têm sido irrelevantes do ponto de vista da mitigação do regime de fogo nacional. Por outro, mostram o fracasso da aposta nacional no combate a incêndios, em contraste com o que sucedeu em Espanha, França ou Itália. Por vários motivos sobejamente diagnosticados ao longo dos anos, nomeadamente especialização insuficiente e descuidar o combate ao fogo em meio florestal versus a defesa das pessoas e do edificado, o desempenho das operações de extinção de incêndios no país está bastante aquém do esforço financeiro que lhes é atribuído. Oportunidades flagrantes para liquidar incêndios, oferecidas por alterações na meteorologia, na topografia ou na vegetação (incluindo intervenções de gestão do combustível), são frequentemente desaproveitadas ou subsequentemente comprometidas devido a reativações escusadas. Em particular, a duração e extensão dos maiores incêndios reage pouco ou nada aos meios neles utilizados, o que

voltou a ser muito evidente no incêndio de 2018 na serra de Monchique.

Mitigar satisfatoriamente os impactes dos incêndios rurais em Portugal constitui um enorme desafio para o futuro mais ou menos próximo. Sendo claro que a raiz do problema reside nas características atuais do espaço florestal e nas particulares condições bioclimáticas do país, é também evidente que muito há a melhorar no combate aos incêndios. Sem essa evolução pouco retorno haverá a esperar do investimento em silvicultura preventiva e, em geral, do fomento e gestão florestal nas regiões do país em que os incêndios são presença mais assídua.

Paulo Fernandes
Engº Florestal,
Professor na UTAD



ACONTECEU

Seminário “OS PROF E OS DESAFIOS DO ORDENAMENTO E GESTÃO FLORESTAL EM PORTUGAL”

A propósito do seminário organizado pela SPCF em Coimbra no passado dia 13 de maio, foi emitida a seguinte nota de imprensa:

Decorreu dia 13 de maio, na ESA do Instituto Politécnico de Coimbra, o seminário promovido pela SPCF para discutir as implicações na gestão e ordenamento florestal dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) recentemente aprovados.

Mais de 50 participantes de municípios, comunidades intermunicipais, empresas, associações, ensino superior e organismos da administração central assistiram às reflexões de Beatriz Fidalgo (ESA/IPC), Francisco Castro Rego (OTI) e Luís Braga da Cruz (Forestis) sobre o processo de planeamento seguido na elaboração dos PROF, a sua ineficiência e a inadequação à realidade do resultado obtido e a necessidade de revisão dos mesmos.

Durante o período de debate, os participantes abordaram sobretudo a forma como decorreu o processo de elaboração e aprovação dos PROF, a dificuldade da sua implementação a escalas sub-regionais e locais e a sua inadequação face às expectativas da sociedade e das entidades com responsabilidades de gestão.

Com base nas contribuições dos oradores e dos participantes no período de debate, a SPCF considera que o processo de planeamento seguido e o seu resultado, os PROF aprovados, deveriam merecer por parte da administração central ajustamentos diversos, sobretudo no que diz respeito aos seguintes aspetos:

Processo: o processo de planeamento deve ser participativo e permitir a integração efetiva nos resultados do exercício das contribuições técnicas, expectativas e aspirações de diferentes atores/comunidades dos espaços florestais,

Dados: o planeamento não deve continuar a ser baseado em informação que não reflete a realidade da floresta portuguesa, devendo haver um esforço e correspondentes investimentos de disponibilizar os resultados dos Inventário Floresta num período de tempo razoável após a sua realização, de forma aberta e a todos os cidadãos.

Escala: o planeamento florestal conduzido à escala de grandes unidades territoriais (atuais 7 regiões PROF em detrimento das 21 da primeira geração) não reflete as especificidades biofísicas e socioeconómicas da generalidade do país, criando dificuldades metodológicas e processuais à transposição para escalas mais detalhadas, nomeadamente a escala municipal, o que deve obrigar a uma revisão da escala a seguir no futuro.

Coimbra, 13 de maio de 2019



Jornadas técnico-científicas DESAFIOS E APLICAÇÕES DOS INVENTÁRIOS FLORESTAIS

No passado 11 de junho, realizou-se no Instituto Nacional de Investigação e Tecnologia Agrária e Alimentar (INIA, Madrid), a primeira conferência técnico-científica do Grupo de Trabalho Ibérico sobre Inventário Florestal e Detecção Remota organizado pela Sociedade Espanhola de Ciências Florestais (SECF) e pela Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais (SPCF).



A Jornada foi inaugurada pela Dra. Carmen Hernando, Diretora do Centro de Investigação Florestal (CIFOR-INIA), Dr. Felipe Bravo, Presidente da Sociedade Espanhola de Ciências Florestais e Dr. Nuno de Almeida Ribeiro representando a Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais. O objetivo principal era reunir os conhecimentos científicos e técnicos existentes em Espanha e em Portugal sobre inventário e caracterização dos recursos florestais, incluindo aspetos relacionados com o planeamento, delineamento e estimativas das diferentes variáveis de interesse florestal, considerando tanto os inventários de campo, como a utilização da deteção remota.

A jornada contou com quatro palestras convidadas (duas espanholas e duas portuguesas), dezassete comunicações voluntárias e nove pósteres,

com um número final de 75 participantes de 34 instituições. Para as palestras convidadas contou-se com a presença dos responsáveis pelos Inventários Florestais Nacionais de Espanha e de Portugal (Elena Robla e José Sousa Uva), com Francisco Javier Bonet que descreveu a Rede LTER (infraestrutura de investigação socio-ecológica) e Margarida Tomé que apresentou o uso de simuladores florestais para analisar o futuro das florestas nos diferentes cenários de alterações climáticas usando dados de inventários florestais nacionais. Entre os diferentes tópicos das apresentações e discussões, importa destacar o interesse na integração da deteção remota no inventário, e as suas diversas aplicações.



Considerando a grande qualidade e variedade das comunicações apresentadas, foi previsto pela SECF e pela SPCF, a publicação das comunicações apresentadas em uma Secção Especial dos Cadernos da Sociedade Espanhola de Ciências Florestais, após revisão pela comissão científica, em formato eletrónico de livre acesso, sendo o prazo limite para o envio dos resumos 15 de novembro.

Finalmente, a comissão organizadora das Jornadas (Nuno de Almeida Ribeiro, Iciar Alberdi, Patricia Adame e Susana Sarai-va Dias) agradece a todas as pessoas e organismos envolvidos na organização, bem como a todos os participantes pelo seu apoio e participação.

BREVES

Dia 6 de maio realizou-se o seminário do Encontro Internacional de fogo controlado. O seminário que contou com o apoio da SPCF ocorreu em Mafra integrado na FlameWork III - 2019.

A troca de experiências com técnicos de fogo controlado de outros países foi muito proveitosa tendo-se vivido um ambiente de grande aprendizagem e confraternização.



A Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais participou na III Semana da Gestão Agroflorestal Sustentável promovida pela Associação Portuguesa de Tração Animal - APTRAN, a Associação ALDEIA, a C.M. de Vimioso, o Centro de Investigação de Montanha - CIMO e a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança - ESA/IPB, onde teve oportunidade de assistir à utilização da tração animal moderna na gestão florestal.



O uso da tração animal como uma fonte de energia renovável, de menor impacto e economicamente viável, capaz de reduzir as emissões de carbono, de estimular a autossuficiência e reduzir o consumo de recursos não renováveis tem vindo a adquirir relevância nos países mais desenvolvidos da Europa tanto na exploração florestal como na conservação de zonas de elevado valor natural.

Numa estratégia lógica de desenvolvimento rural importa fomentar modelos de desenvolvimento sustentáveis com a promoção de práticas culturais compatíveis com a preservação da agrobiodiversidade e a conservação do solo, introduzindo o conceito de tração animal moderna.